

Povoamento do Estado do Rio de Janeiro

*Ione Salomão Raby**

RESUMO

O texto compreende um resumo, a partir de autores consagrados, das estratégias de povoamento do território fluminense, bem como das principais atividades econômicas associadas à sua ocupação, demonstrando que estas estratégias estavam submetidas a determinações das Ordenações do Reino e que a "construção" do território fluminense se deu

em função de estruturas produtivas que atendiam à demanda externa, isto é, à comercialização dos produtos-rei que caracterizaram a economia brasileira até a primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE:

Ciclos econômicos, Conquista, Estratégias de povoamento, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Os fatos históricos relativos à ocupação e ao povoamento do território do Estado do Rio de Janeiro já foram estudados incansavelmente por autores consagrados, cujas obras se encontram esgotadas, podendo ser consultadas em bibliotecas pelo público interessado. Visando a ajudar o estudante universitário num primeiro contato com o tema, foi elaborado o texto a seguir, constituindo-se o mesmo de duas partes: a primeira trata da maneira pela qual o colonizador conduziu o processo de conquista e povoamento; a segunda resume as informações básicas sobre as atividades econômicas fundamentais desenvolvidas em concomitância com esse povoamento.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DO POVOAMENTO

A conquista e o povoamento do atual Estado do Rio de Janeiro processaram-se dentro do contexto de colonização a que se submeteram as ter-

ras brasileiras, a partir do século XVI, resultante da iniciativa do Estado português, associado a uma burguesia mercantilista, interessados, de um lado, na garantia da posse deste território de além-mar e, de outro, na exploração comercial, isto é, na busca de metais preciosos e na obtenção de altos lucros com a venda de mercadorias tropicais demandadas pela Europa, que, por motivos mesológicos, não as poderia produzir. Deste modo, a conquista, a penetração, o povoamento do território e as atividades econômicas nele introduzidas estiveram a serviço de interesses externos, o que se refletiria tanto na organização espacial, quanto na estrutura político-administrativa aqui implantada.

Para a valorização econômica do território e seu respectivo povoamento, a opção inicial recaiu na agricultura da cana e no fabrico do açúcar, produto de alto valor no comércio europeu. Para atrair colonos, doaram-se sesmarias: apreciáveis extensões de terras que deveriam ser cultivadas por aqueles que as recebessem. É esta a origem dos latifúndios, as propriedades nas quais

se assentaram as bases da economia, da sociedade e do poder local. Primeiramente, a partilha do território em sesmarias restringiu-se ao litoral e áreas próximas. O interior permaneceu na condição de “terras virgens”, ou “terras dos índios bravos”, durante longo tempo. Somente quando se descobriu o ouro nas Minas Gerais ou quando se introduziu o cultivo do café no médio Paraíba e na Região Serrana, foi esta porção das terras fluminenses efetivamente povoada. Nas sesmarias, instalaram-se fazendas e povoados, muitos dos quais embriões de futuras vilas. Em geral, a comunicação entre as fazendas era incipiente. Via de regra, as povoações ligavam-se diretamente à costa, onde se construíram portos através dos quais se fazia a conexão com outros pontos do litoral ou com a Metrópole, o que se explica a partir da constatação do objetivo da colonização: produção para o mercado externo. Em decorrência disto, as vias de comunicação abertas em terras fluminenses apresentavam espacialmente, e predominantemente, uma disposição em leque, isto é, a partir de pontos dispersos pelo território convergiam, em geral, para um porto instalado no litoral.

A conquista e o povoamento das terras fluminenses não se processaram de maneira casualista. Embora nem sempre dirigidos, seja diretamente pela Coroa, seja por algum seu representante, ou atendiam a determinadas normas legais, ou observavam, implicitamente, certas estratégias de conquista e dominação. Verifica-se uma nítida preocupação com o povoamento do litoral. Os produtos daí extraídos e/ou colhidos implicariam menores custos e exigiriam menos esforços para serem embarcados com destino à Metrópole.

Não havia limitação para o número de vilas a se erguerem junto ao mar ou às margens dos rios navegáveis. No entanto, terra a dentro, sua instalação obedecia a rígidas determinações da Coroa, que definia as distâncias mínimas a serem mantidas entre as vilas e subordinava à sua autorização a instalação de uma dentro do termo de

outra. Da mesma forma, a Coroa reservava para si o poder de criar vilas ou elevar povoados a tal condição nos territórios que estivessem sob seu controle direto – a Capitania Real do Rio de Janeiro, por exemplo. As vilas, sedes das Câmaras Municipais, legislavam sobre questões do cotidiano da vida dos municípios. Desempenharam, assim, uma função político-administrativa subordinada à verdadeira base da economia e da vida social de então, assentadas no meio rural, isto é, nas fazendas. Tanto é que Santo Antônio de Sá, a primeira vila do recôncavo da Baía de Guanabara, principal área produtora de açúcar nos séculos XVI e XVII, só é criada em 1679.

Seria, portanto, no litoral que surgiriam não só as primeiras cidades fluminenses (Rio de Janeiro e Cabo Frio), como também as primeiras freguesias e vilas (Angra dos Reis, por exemplo). Rio de Janeiro, às margens da Baía de Guanabara, e Cabo Frio, na entrada da Lagoa de Araruama, constituíram-se em dois importantes centros de irradiação demográfica. De acordo com Lamego (1963, p. 265), a partir do Rio de Janeiro, desbravaram-se “...várias zonas serranas desde os limites de São Paulo até os extremos orientais dos ‘Sertões de Leste’, com a assistência de elementos paulistas e mineiros”, além de parte da Região dos Lagos. A partir de Cabo Frio, procedeu-se ao desbravamento da área de Campos dos Goytacazes, que se transformou em mais um importante centro dispersor de povoamento, subindo o Rio Paraíba do Sul e seus afluentes.

Na estratégia de conquista e povoamento das terras fluminenses, os portugueses consideravam como relevantes as condições do meio natural, tais como a ocorrência e localização de baías, estuários, rios, baixadas e gargantas entre serras, todos fatores favoráveis à consecução de seus objetivos.

As baías constituíram, ao contrário dos trechos retilíneos do litoral, como as restingas, por exemplo, locais de fácil defesa para os navios, possibilitando a instalação de portos, em torno dos quais se desenvolveram núcleos populacio-

nais, que, em muitos casos, desempenharam a função de pontos de apoio às manobras de conquista da hinterlândia. No Rio de Janeiro, o mais significativo exemplo é o da Baía de Guanabara, que, além de ser reconhecida não só pelos portugueses, mas também por navegadores de outras nacionalidades, como um excelente e seguro ancoradouro, com uma entrada não muito larga e balizada por morros de encostas íngremes, dificultando a ação de eventuais invasores, possuía aguadas abundantes, a ponto de se tornar escala obrigatória para os navios que se dirigiam ao sul do continente. É inegável a sua posição estratégica, tanto no que se refere à manutenção da unidade territorial e política, quanto no tocante ao controle da navegação no Atlântico Sul. No primeiro caso, a conquista e o povoamento da região permitiriam a defesa das capitânicas do sul e garantiriam sua colonização. No segundo, salvaguardariam os domínios portugueses na África meridional. O reconhecimento da inegável importância geopolítica da área em questão ficou demonstrado não só pela tentativa dos franceses de aí se fixarem, mas também pelo empenho dos colonizadores na sua expulsão. Para assegurar sua posse, fundou-se às suas margens a cidade do Rio de Janeiro, cuja função, inicialmente militar, seria ampliada durante os séculos seguintes até atingir a posição de metrópole nacional.

O mesmo se deu com relação aos estuários, tanto no que se refere à proteção aos navios, quanto no que diz respeito à penetração para o interior, subindo os vales dos rios principais e de seus afluentes. Os rios que descem a Serra do Mar e que, antes de lançarem suas águas no oceano, atravessam a Baixada Fluminense, foram os caminhos mais viáveis para transpor os inúmeros trechos embrejados nela existentes. Pelo Paraíba do Sul e seus afluentes, em especial o Muriaé e o Pomba, atingiram-se o Norte e o Noroeste Fluminenses. A bacia do São João possibilitava a ligação do litoral com a encosta da Serra do Mar, o mesmo acontecendo com os rios Ma-

caé e Macabu e os tributários da Baía de Guanabara, como o Iguaçu, o Inhomirim e o Macacu, dentre outros. Os povoados surgidos às margens destes rios, sobretudo junto às embocaduras, transformaram-se em marcos da presença lusitana no litoral fluminense, garantindo aos portugueses a posse da terra. Barra de São João, Macaé e São João da Barra, respectivamente às margens dos rios São João, Macaé e Paraíba do Sul, desempenharam tal papel. No interior, durante séculos, o Paraíba foi a estrada natural de acesso, tanto à Capitania de São Vicente (lote correspondente a São Paulo), quanto à região das Minas Gerais, neste caso através de seus afluentes Paraibuna, Pomba e Muriaé, principalmente.

No Estado do Rio de Janeiro, a Serra do Mar, com suas escarpas íngremes e altitudes elevadas, dificultou de modo significativo a penetração para o interior. Na época da colonização, era quase inteiramente coberta pela floresta tropical. Ao norte da Região Metropolitana, a Serra chega a atingir altitudes superiores a 1500 metros. Com o advento da economia cafeeira, a outrora pujante floresta foi destruída e, no seu lugar, inúmeras fazendas ocuparam, paulatinamente, as terras altas fluminenses. A passagem entre o litoral e o médio Vale do Paraíba do Sul realizava-se através dos locais onde a linha de cristas se deprime, isto é, nos colos intermontanos e gargantas, podendo-se citar como as mais importantes: Tinguá, Quitandinha, Alto da Serra da Estrela, Rodeio e Sapé. Em suas origens, inúmeras vilas e cidades têm sua localização relacionada às vias de penetração, cujos traçados foram condicionados por esses caminhos naturais. Assim, após a garganta do Tinguá, tem-se Sacra Família do Tinguá; após as do Quitandinha e do Alto da Serra da Estrela, Petrópolis; em seguida à de Rodeio, Engenheiro Paulo de Frontin e, após a de Sapé, Paty do Alferes e Governador Portela.

Além das vias naturais de penetração, contaram os portugueses com as trilhas e caminhos

indígenas. Era o território fluminense habitado por indígenas de grupos diversos, destacando-se os tupis, os gês e os goitacás. Jesuítas e missionários de outras ordens religiosas tiveram expressiva participação na tarefa de aliciamento dos índios. Seus aldeamentos serviram para garantir aos portugueses o sucesso necessário na empreitada de conquista e de colonização. Mattoso Maia Forte (1928) relaciona os seguintes: São Lourenço (Niterói), São Bernabé (vizinhanças do Rio Itambi), Nossa Senhora da Guia (antes São Braz, em Mangaratiba), São Francisco Xavier de Itaguahi (ilha de Itacurussá, inicialmente), São Pedro (a duas léguas de Cabo Frio), Sacra Família de Ipuca (proximidades do Rio d'Aldeia Velha), Santa Rita e Neves (na fazenda Sant'Anna, próximo ao Rio Macaé), Guarulhos (Campos dos Goytacazes), Bossarahi (Cantagalo), São Fidélis de Sigmaringa (São Fidélis), São José de Leonissa da Aldeia da Pedra (Itaocara), São Luiz de Beltrão (em Campo Alegre, Resende) e Nossa Senhora da Glória de Valença (Valença). Muitos destes aldeamentos constituíram-se em embriões de futuras vilas e cidades: Niterói (séc. XVI), Mangaratiba, São Pedro da Aldeia e Macaé (séc. XVII), Itaguaí e São Fidélis (séc. XVIII), Valença, Itaocara e Santo Antônio de Pádua (séc. XIX). Segundo Lamego (1963, p.167), "... com exceção de Pádua e Valença, as demais cresceram sob a orientação de jesuítas e capuchinhos".

Muitas tribos, sobretudo do grupo goitacá, hostis aos portugueses, dificultaram a imediata concretização do objetivo da colonização, tendo sido, por isto, exterminadas, seja nas guerras de conquista, seja por doenças contagiosas disseminadas pelo colonizador.

OS CICLOS ECONÔMICOS E O POVOAMENTO

O processo de conquista e povoamento do Estado do Rio de Janeiro, desde o século XVI até o início do século XX, quando então se completou o desbravamento e a ocupação das terras fluminenses, deu-se, direta ou indiretamente, em

função de uma economia baseada na monocultura de um "produto-rei", de alta demanda no comércio externo (primeiramente, a cana-de-açúcar e, depois, o café), ou como decorrência da extração do ouro, principalmente em Minas Gerais.

É oportuno registrar o papel desempenhado pelo negro escravo como suporte dessas atividades econômicas e a sua marcante participação, tanto no total da população fluminense, quanto na formação étnico-cultural do povo do Estado. Na Colônia e no Império, sempre foi elevado o percentual de escravos, em relação aos homens livres. Em 1872, o Recenseamento Geral registrou 32,3% de escravos em relação ao total da população fluminense. Segundo o mesmo censo, nos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba do Sul, mais de 50% dos seus habitantes eram escravos. Fato digno de nota é a razão entre escravos e brancos, relevante nas áreas agrícolas de maior peso na economia da então Província.

A CANA-DE-AÇÚCAR E O GADO

A agricultura canavieira, hoje predominante no Norte Fluminense, com 93% (1996) da produção estadual e 91% (1996) do total da área colhida, já representou a principal atividade econômica de quase toda a Baixada Fluminense, tendo sido o seu mais importante fator de povoamento. Sua introdução nesta baixada, principal área do Rio de Janeiro produtora de açúcar, desde o século XVI até o século XX, deu-se logo após a expulsão dos franceses, em 1567, em concomitância com a doação das primeiras sesmarias no recôncavo da Baía de Guanabara, às margens da qual estava a cidade do Rio de Janeiro (fundada em 1565), centro irradiador do cultivo da cana por este recôncavo, que manteve, ao longo dos séculos XVI e XVII, posição de destaque nesse setor de produção, constituindo a "zona velha" do açúcar. Aí, predominavam médias e grandes propriedades, instaladas, preferencialmente, nas bacias dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu, Pilar, Saracuruna, Inhomirim, Suruí, Magé, Guapimirim, Macacu e Guaxindiba.

O cultivo era praticado nas áreas de mata, em terrenos não embrejados, livres de enchentes. Nos campos, criava-se gado bovino, uma atividade complementar, cujos objetivos eram, além de servir para a alimentação e o transporte, ser utilizado como força motriz na moagem da cana. No século XVII, os currais podiam ser vistos nos campos de Santa Cruz (Rio de Janeiro), Bacaxá (Rio Bonito), Campos Novos (Cabo Frio), Colégio (em Campos) e em alguns trechos das restingas. Em Campos dos Goytacazes, além de bovinos, e visando ao abastecimento da região da Guanabara, também se criavam eqüinos. Tais atividades foram aí praticadas até meados do século XVIII, quando os canaviais substituíram o criatório, espalhando-se pelas aluviões argilosas, tanto da margem direita do Rio Paraíba do Sul (entre o rio e a Lagoa Feia), quanto da sua margem esquerda (entre o rio e a Lagoa do Campello) e do baixo curso do Rio Muriaé. Surgia a “zona nova” do açúcar, caracterizada, ao contrário da zona guanabarina, por pequenas propriedades, que seriam, no século seguinte, absorvidas pelas usinas, decorrendo daí o deslocamento dos pequenos proprietários para, principalmente, a região de Itaperuna, onde se plantaria café.

Também no século XVIII, o cultivo da cana estendeu-se tanto para leste quanto para oeste do recôncavo da Guanabara. Pelo norte e pelo sul do maciço costeiro, atingiu terras correspondentes aos atuais Municípios de Itaboraí, Rio Bonito, Araruama, Maricá e Saquarema. Para oeste, os canaviais instalaram-se nos terrenos aluvionais da restrita planície litorânea (que se apresenta de modo descontínuo, interrompida pela presença da serra junto ao mar) e nas colinas mais suaves das “baías de oeste”, de Mangaratiba a Parati.

O fabrico do açúcar realizava-se nos engenhos, unidades de produção instaladas nas fazendas, representando, juntamente com o cultivo da cana, a razão de ser dessas mesmas fazendas. Tanto é que o termo “engenho”, inicialmente relaci-

onado às instalações diretamente voltadas para o beneficiamento do produto, passou a ser empregado na designação de toda a fazenda.

O OURO

A extração do ouro, embora realizada essencialmente em Minas Gerais, trouxe reflexos para o território fluminense, à medida que, para abastecer de gêneros e equipamentos os mineradores e para escoar o metal com destino a Portugal, foi necessário abrir caminhos ligando o litoral à área da mineração. Ao longo desses caminhos, instalaram-se registros, pousos de tropas e, nas redondezas, fazendas voltadas para a produção de alimentos, visando ao abastecimento dos mineiros. Desta forma, desenvolveram-se muitos povoados, que se transformariam, mais tarde, em vilas e cidades, como Paraíba do Sul e Paty do Alferes.

A única porção do Rio de Janeiro, cujos núcleos iniciais de povoamento tiveram relação direta com a mineração, foi a região de Cantagalo, onde se encontrou ouro nas aluviões dos Rios Negro, Grande e Macuco e respectivos afluentes. A iniciativa da procura deste metal partiu dos mineiros, em fins do século XVIII, desiludidos que estavam com a sua escassez em Minas Gerais. O ouro de Cantagalo atraiu pessoas não só de Minas Gerais, mas também de outras partes do Rio de Janeiro, como a Baixada Fluminense. No entanto, esta atividade teve curta duração, devido às dificuldades de mineração e à inexpressiva produção. A região só seria efetivamente povoada com o advento do café, no século XIX.

O CAFÉ

Enquanto a cana e, secundariamente, o gado povoaram grande parte da Baixada Fluminense, o café foi o principal fator de fixação populacional no Vale do Paraíba do Sul, em parte da Região Serana e nas bacias dos Rios Pomba e Muriaé.

Introduzido na cidade do Rio de Janeiro, por volta de 1760, foi plantado em chácaras e fazen-

das do que hoje é o Município do Rio de Janeiro. Cultivado nas encostas, devido à impropriedade dos solos das áreas planas e em função de uma melhor ambientação (a espécie utilizada – “*coffea arabica*” – é originária da “*tierra templada*”), expandiu-se, num período de aproximadamente sessenta anos (1760/1820), pelas vertentes dos maciços cariocas (Tijuca, Pedra Branca e Mendanha), dos morros vizinhos e dos que circundam a Baixada de Santa Cruz.

Antes de findar o século XVIII, os cafezais já haviam ultrapassado as fronteiras do Rio de Janeiro, fazendo-se presentes no recôncavo guanabarrino, sempre em áreas colinosas, substituindo a floresta tropical aí existente. Expandiram-se, posteriormente, por Itaboraí, Rio Bonito, Silva Jardim, Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Macaé. São Gonçalo tornou-se o principal município cafeeiro de toda a Baixada Fluminense. Nela, no entanto, a onda cafeeira teve curta duração, pois seu clima quente não é adequado à espécie utilizada, encurtando assim o seu ciclo vegetativo.

Ainda em fins do século XVIII, mudas de café, oriundas do Mendanha (Rio de Janeiro), galgaram a serra, atingindo São João Marcos (município extinto e anexado a Rio Claro) e Resende, expandindo-se, em seguida, por Pirai, Vassouras, Barra Mansa, Valença, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios. Implantava-se, desta forma, o cultivo do café, em larga escala, no Vale do Paraíba do Sul, transformando a então Província do Rio de Janeiro no maior produtor e exportador de café do Brasil até quase o findar do século XIX.

Outro rumo tomado pelo café foi, na década de 1840, no sentido de Nova Friburgo e Cantagalo, até onde chegaram mudas originárias de São Gonçalo. De Cantagalo, o “ouro negro” propagou-se, mais tarde, por São Fidélis, Itaocara e toda a região sob influência de Itaperuna, constituindo uma zona pioneira de cafezais novos.

Na bacia do médio Paraíba do Sul e na região de Cantagalo, o café foi plantado nas encostas,

reservando-se o fundo do vale para a construção das sedes das fazendas e para as instalações de beneficiamento do produto. A atividade cafeeira além da serra mobilizou numerosa força de trabalho (escrava, principalmente), oriunda da baixada, e empresários, vindos de Minas Gerais em virtude da exaustão das lavras auríferas da região.

A exportação do café fazia-se, predominantemente, pelo porto do Rio de Janeiro. Angra dos Reis e Mangaratiba também chegaram a apresentar intensa movimentação, recebendo café do interior e para lá enviando escravos. Angra dos Reis transformou-se, durante o Império, no segundo porto do Brasil meridional, recebendo café de São João Marcos, Resende e Pirai.

Com a maciça produção de café além do alto da serra e com a necessidade de transportar o produto até os portos do litoral, não só se intensificaram as viagens pelos caminhos (terrestres e fluviais) já existentes, como se tornou imprescindível a abertura de outros. Muitas localidades, não diretamente envolvidas com o cultivo do café, foram beneficiadas, seja por constituírem portos fluviais receptores da mercadoria, seja por desempenharem a função de apoio em beira de estrada (troca de ferraduras, pernoite e alimentação dos tropeiros, por exemplo). Na segunda metade do século XIX, a implantação das ferrovias, ligando as propriedades cafeeicultoras à cidade do Rio de Janeiro, retiraria as sacas de café dos lombos dos burros e das embarcações, provocando a estagnação ou o desaparecimento de muitas localidades, como Estrela, Porto das Caixas, Iguazu (portos fluviais da Baixada Fluminense), Angra dos Reis e Mangaratiba.

Ao aproximar-se o fim do século XIX, a cafeeicultura fluminense entrou em crise: os cafezais do Vale do Paraíba do Sul estavam velhos e os solos, exauridos; o custo do escravo era alto e a produtividade do seu trabalho, baixa; a disponibilidade de terras virgens em São Paulo atraía para lá os empresários; os “barões do café” endividavam-se. O declínio acentuou-se na década

de 1890, após a abolição da escravatura. A partir de então, os cafezais foram, paulatinamente, cedendo lugar a outra paisagem (pastagens, plantio de arroz e feijão, sapezais) e o êxodo rural intensificou-se. Mas, se por um lado findava um importante ciclo da economia fluminense, por outro estava completada a tarefa de povoamento do território do que hoje é o Estado do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, observa-se que a “construção” do território fluminense não se processou de maneira aleatória, mas seguiu, isto sim, regras pré-determinadas pela Coroa portuguesa. A ocupação do litoral em detrimento do interior obedeceu a uma estratégia de defesa do território e não, como se diz comumente, a obstáculos do meio natural – a Serra do Mar, por exemplo. Além disto, as estruturas produtivas que serviram de suporte à colonização e que atendiam à demanda externa tiveram como base os produtos-rei (a cana, o ouro e o café) que caracterizaram a economia brasileira durante séculos.

NOTA

* Analista Especializada da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BERNARDES, Lysia M.C. As grandes vias de comunicação do setor ocidental da baixada da Guanabara nos primeiros séculos da colonização. In: *Rio de Janeiro cidade e região*, p.37-41. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.
- BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Império do Brasil. 1872. Microfilme*
- LEÃO, Manoel Vieira. *Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1767. Mapa.
- FORTE, J. Mattoso M. *O estado do Rio de Janeiro*. Ensaio para o estudo de sua história. Rio de Janeiro: Tipog. do Jornal do Commercio, 1928. 185p.

- HOLANDA, Sérgio B.de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. 155 p.
- LAMEGO, Alberto R. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 1945. 201 p.
- . *O homem e a serra*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. 454 p.
- . *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. 408 p.
- . *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. 307 p.
- MENDES, Renato da S. Paisagens culturais da Baixada Fluminense. *Boletim - Geografia*. n.4. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, 1948. 171 p.
- PEREIRA, J. Veríssimo da C. Os traços essenciais da paisagem do vale médio do Paraíba. *Boletim geográfico*. Rio de Janeiro: CNG, n.8, 1943. p. 121-127.
- TAUNAY, Afonso E. *Pequena história do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. D.N.C., 1945. 558 p.
- VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, ano 29, n.1, jan./mar. 1967. p. 37-81.

ABSTRACT

The text is a comprehensive summary, based on known and accepted authors, of the populating strategies for the Rio de Janeiro's area, as well as of the main economic activities associated with its occupation, revealing that these strategies were subjected to determination from the "Kingdom's Laws" and that the "construction" of that area was dependent on productive structures that responded to external demands, that is, to the commercialization of "king products" which characterized the Brazilian economy up to the first half of the 20th Century.

KEYWORDS:

Conquest, Economic Periods, Populating Strategies, Rio de Janeiro.

